

O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil*

Heloísa Buarque de Hollanda

As teorias críticas feministas estão experimentando um momento bastante interessante. Nos países de formação saxônica, especialmente nos USA, conseguiram uma certa legitimidade acadêmica e constituem-se como uma inegável tendência dentro do mercado editorial. Muitos centros de women's studies se formaram dentro das Universidades, desde a segunda metade dos anos 70, e seu projeto é claramente intervencionista e político-acadêmico. Na França, já o quadro é relativamente diverso. Os estudos feministas, cuja facção mais representativa e internacionalmente reconhecida é ligada à psicanálise, recusam a filiação institucional dentro das Universidades e preferem formas de organização independentes ou, pelo menos, desvinculadas da produção de acadêmica oficial.

De um modo geral, a formação desta área de conhecimento está intimamente ligada aos movimentos políticos dos anos 60, mas vai ganhar estatuto acadêmico um pouco mais tarde, no contexto da consolidação das teorias pós-estruturalistas e desconstrutivistas, cuja desconfiança sistemática em relação aos discursos totalizantes passa a ter uma posição central no debate teórico conhecido como pós-modernista.

É neste terreno – coexistindo com formações disciplinares emergentes como o novo historicismo, a história das mentalidades e os estudos pós-coloniais – que se move, e ganha prestígio, a maior parte do pensamento crítico feminista internacional desenvolvido a partir da segunda metade da década de 70. Este pensamento, entretanto, revela certas especificidades em relação ao quadro teórico no qual, de certa forma, se insere. Passado o momento inicial de crítica do desagravo e de denúncia da lógica patriarcal nas relações de gênero, as teorias críticas feministas começam a mover-se em direção a uma perspectiva mais sutil e talvez mais radical, batizada por Jean Franco como a **luta pelo poder interpretativo**¹, ou seja, uma luta, bastante precisa, no interior de campos epistemológicos, no interior da própria lógica das formações discursivas. Se as novas teorias antitotalizadoras falam de uma crise da representação, o feminismo fala

* Trabalho realizado para o Colóquio “Celebración y Lecturas: La Crítica Literária en Latinoamerica”, Ibero-Amerikanisches Institut Preussischer Kulturbesitz, Berlin, 20-24 de novembro de 1991.

¹ Jean Franco, “Si me permiten hablar: la lucha por el poder interpretativo” Revista Casa de Las Americas, ano 29, n. 171, nov./dez. 1988.

exatamente da necessidade de uma luta pela significação. Por outro lado, num momento em que se apregoa o fim da história, do social e do político, a crítica feminista passa a insistir na articulação de suas questões com as determinações históricas e políticas. Ainda que não excludentes, as teorias feministas e o pensamento pós-moderno parecem apontar, com clareza, para diferentes campos de contestação.

Entretanto, atualmente, apesar da efervescência e do avanço do debate teórico feminista, pode-se perceber alguns sinais de confinamento e declínio da área, na forma como foi configurada originalmente, ainda que esta esteja longe de ter esgotado suas potencialidades políticas e epistemológicas. Começam a ser discutidos mesmo certos aspectos da prática da crítica feminista nos países centrais onde, como observa Gayatri Spivak, a reprodução de axiomas imperialistas denunciaria uma possível cumplicidade entre o pensamento feminista metropolitano e certas ideologias racistas e colonialistas². Com a palavra, portanto, estariam agora os estudos sobre a mulher nas sociedades periféricas, capazes de trazer para o centro da cena feminista dominante temas como o racismo, o anti-semitismo, o imperialismo, o colonialismo, a ênfase nas diferenças de classe, e, principalmente, a possibilidade de interpelação dos atuais modelos teóricos feministas. Estaria ainda nas mãos destes estudos, a responsabilidade da discussão acerca do surgimento de um ideário pluralista, subsidiário da economia de mercado. O ponto principal dessa discussão seria o questionamento do pluralismo neoliberal e da consagração de uma falaciosa “retórica da diferença”, que estaria, na realidade, bloqueando o sentido real de uma “política da diferença”, capaz de restituir às margens, seu valor polêmico³.

A partir deste panorama, não é difícil perceber como os estudos sobre a mulher em nossos países, neste momento, adquirem importância e atualidade.

Entretanto, no caso do Brasil, as coisas não se passam com facilidade. Há como que um desconforto, um tipo muito específico de imprecisão quando se formam grupos e núcleos de estudos sobre a mulher. Pode-se perceber, por exemplo, uma enorme dificuldade na auto-identificação como feministas, inclusive, por parte das profissionais liberais, intelectuais, artistas ou políticas com livre acesso a espaços públicos e centros de

² Gayatri Spivak, “Three Women’s Texts and a Critique of Imperialism” in Henry Louis Gates, Jr. “Race”, Writing and Difference. University of Chicago Press, 1986. pp. 262-280.

³ Este aspecto foi desenvolvido de forma bastante interessante por Nelly Richards em comunicação apresentada no Simpósio **Identidade Artística e Cultural na América Latina**, 23 a 25 de setembro de 1991, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina.

decisão. Esta imprecisão, se não me engano, diz respeito, de forma bastante direta, aos mitos que regem a lógica das relações de gênero entre nós e, de forma mais geral, à especificidade das relações de poder no Brasil.

A própria organização do movimento feminista brasileiro traz alguma curiosidade. Surgido, durante a década de 70, em plena ditadura militar, o feminismo brasileiro vinculou-se, em sua maioria, aos partidos e associações de esquerda, e aliou-se, de forma delicada, a setores progressistas da Igreja Católica, um dos focos mais importantes de oposição ao regime. Se por um lado, esta aliança com a Igreja abriu às mulheres um amplo campo de militância e resistência política, trouxe, por outro, certos anacronismos. Pelos constrangimentos do momento político em que surge e estabelece-se, o feminismo brasileiro definiu como agenda prioritária, a defesa dos direitos civis, da liberdade política e da melhoria das condições sociais de vida, relegando a um segundo plano, as reivindicações específicas sugeridas pelos movimentos feministas internacionais com os quais pretendia identificar-se. No mesmo sentido, a partir dos compromissos e alianças estabelecidas com a Igreja Católica em oposição ao regime, foi necessário que o feminismo brasileiro, num momento particularmente importante de autodefinição, abrisse mão de questões feministas centrais como a liberdade sexual, o direito ao aborto ou o debate sobre o divórcio⁴.

Por outro lado, a potencialização do espaço doméstico da família, ameaçado pela violência da repressão, e a politização do papel tradicional de Mãe, definiu vitórias políticas surpreendentes como o Movimento pela Anistia, encaminhado sob a bandeira inexpugnável da maternidade. Portanto, duas instituições conhecidas como basicamente conservadoras – a Igreja e a Família – tornam-se arenas explosivas para a ação política radical das mulheres. Se, em casos como este, a cadeia de compromissos que a ação política vai estabelecendo nas várias situações da história brasileira pode trazer soluções e estratégias bastante originais e eficazes, de um modo geral, oferece dificuldades específicas como veremos mais adiante.

Gestada durante a ditadura, a organização dos movimentos de mulheres mostra seus efeitos no processo de redemocratização do país, particularmente durante a campanha “Diretas Já”, pela restauração do voto democrático, em 1985. Praticamente todos os partidos políticos apresentaram propostas encaminhadas por grupos feministas,

⁴ Cynthia Sarti, “Feminismo no Brasil: Uma trajetória Particular” in: Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) n.64, Fev. 1988, p.38-47 e Albertina de Oliveira Costa, “É Viável o Feminismo nos Trópicos?” in: Cadernos de Pesquisa, n.66, ago. 1988 pp.63-69.

formou-se o Conselho Nacional pelos Direitos da Mulher e foram criadas, ainda em 1985, as Delegacias da Mulher, hoje em número de 50, espalhadas por todo o país.

É deste mesmo ano, a primeira iniciativa de mobilização de pesquisadores de literatura sobre a questão da mulher, na Universidade Federal de Santa Catarina. No ano seguinte, foi constituído o Grupo de Trabalho “Mulher na Literatura” na ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Lingüística e Literatura) cujo número de participantes vem aumentando em proporção geométrica. Nos últimos cinco anos, 10.23 % dos trabalhos apresentados nos Encontros da ANPOLL e 24 % dos apresentados nos Encontros bi-anuais da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada), as duas associações profissionais mais prestigiadas na área de letras, enfocaram a questão feminina. A partir de 1985, 8 % do total das teses de mestrado e doutoramento em letras lidaram com as escritoras mulheres. Atualmente, temos aproximadamente 20 programas ou centros interdisciplinares de estudos da mulher, ligados à pós-graduações, todos contendo representantes da área de literatura. Um dado interessante é a rápida institucionalização destes estudos no Brasil. Ao contrário dos outros países, a questão, em si bastante complicada, da institucionalização dos centros sobre a mulher não foi tema de discussão ou preocupação. Parece ter acontecido de forma “súbita” e “natural”. Entretanto, observando a distribuição geopolítica destes centros e programas, podemos perceber que os bastiões acadêmicos da Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que são os grandes centros formadores da área de letras, mostram-se ainda razoavelmente impenetráveis para as mulheres. Os programas de estudos feministas desenvolveram-se, na realidade, no Nordeste, no Sul e no Centro-oeste, em universidades que estavam em processo de consolidação de suas pós-graduações.

A produção crítica literária sobre a mulher no Brasil, apesar de numerosa, ainda não se constituiu como uma tendência teórica na área. No seu total, 17 % desta produção crítica vincula-se às correntes francesas de lastro psicanalítico, 52 % trata do tema mulher na literatura dentro dos parâmetros da crítica literária tradicional, recusando mesmo qualquer identificação com inflexões feministas, e apenas 31 % poderia ser definida como crítica feminista estrito senso. Vou tratar aqui apenas deste segmento, ou seja, aquele que assume um compromisso de caráter claramente político em sua prática crítica e teórica.

Num recente estudo que fiz sobre o estado da arte da crítica e da pesquisa literária feminista no Brasil, pude constatar, no conjunto desta produção, uma clara predominância dos estudos historiográficos, privilegiando, particularmente, o exame dos “gêneros

menores” e o estatuto de sua inserção na série literária. Constatei também que quase 70 % destes estudos filiam-se ao que se convencionou chamar na área de “tendência arqueológica” – ou seja, o trabalho de recuperação de atores e dados históricos “silenciados” pela literatura canônica – e que, dentro desta tendência, expressiva fração dos estudos lidavam diretamente com a análise das representações em torno do conceito de “nacional” ou melhor, de uma subjetividade nacional sentida como excludente por alguns setores e segmentos sociais.

Voltando ao trabalho “arqueológico” que vem sendo empreendido pelas mulheres, chama atenção a grande produtividade do trabalho de resgate do que foi perdido – ou “silenciado” – na cultura feminina, e a revelação de inúmeras autoras, tendências e até mesmo de novos campos e objetos de investigação. Ao mesmo tempo, chama também a atenção, a evidência de que o resultado destes trabalhos revelou-se, de certa forma, insatisfatório. Os objetos recuperados, ou resgatados, muito frequentemente, não “cabiam” nas lacunas da história oficial. Este insucesso – na realidade um sucesso – demonstrou como a história literária tradicional não provê as categorias pelas quais as ações das mulheres possam ser satisfatoriamente descritas e, sobretudo, a necessidade de um questionamento profundo dos pressupostos desta historiografia, seus pontos de partida, métodos, categorias e periodizações.

Em termos gerais, os temas e os problemas que estão sendo mapeados e experimentados pela produção feminista levantam algumas questões de fundo particularmente importantes como o mito da linearidade da história na cultura ocidental e a questão dos gêneros literários.

Sobre o mito da linearidade da história literária, gostaria de observar as formas de inter-relação entre os discursos das histórias literárias nacionais e os discursos da genealogia nas sociedades patriarcais. Em ambos os casos, é traçada uma linhagem cronológica – não importa se real ou hipotética – de uma tradição única e ininterrupta na qual, os que não se enquadram (por sexo, raça, idéias ou nacionalidade), são excluídos como marginais.

A lógica desta linhagem, por sua vez, é definida em termos patrilineares e baseada nos sistemas da propriedade privada, nos quais os filhos são legalmente considerados herdeiros legítimos de um patrimônio material, político ou cultural. A forte ênfase dada pelos historiadores literários na noção de “paternidade cultural”, no mapeamento das “influências” literárias, nas questões que envolvem a definição de autoria e autenticidade e, mesmo, no controle do texto com o objetivo de prevenir possíveis proliferações de

sentidos “ilegítimos”, comprova a permanência de fortes afinidades entre os discursos genealógico e literário⁵.

No nosso caso, temos, a propósito da constituição de linhagens literárias e artísticas, uma variável extremamente curiosa. Na segunda metade do século, quando se torna urgente o estabelecimento de uma identidade cultural em função dos movimentos de criação e consolidação do Estado Brasileiro, percebe-se, na falta de um tronco genealógico que pudesse definir as linhas da aristocracia literária nacional, a necessidade da própria invenção desta tradição.(sobre este ponto voltarei mais adiante) Entretanto, essa mesma tradição “inventada”, datada e determinada por pontos de vista bastante evidentes, é legitimada como única e experimentada como ancestral e linear, constituindo-se como o eixo da definição dos contornos da literatura nacional. No mesmo sentido, coloca-se a questão da hegemonia de uma perspectiva escriptocêntrica na historiografia literária, ou seja, a permanência de um conceito monolítico de escritura, o uso deste conceito nas discussões acadêmicas, e suas consequências no sentido da “eliminação” da produção das “margens”, das literaturas populares, étnicas e das mulheres. Uma análise atenta dos processos da transição das formas orais para a escrita impressa, bem como da escrita para os meios de massa, tomando por base as funções político-sociais destas tecnologias em seus respectivos momentos históricos, certamente traria algumas surpresas.

Sobre a questão dos gêneros “menores” da literatura, nos quais, por opção ou estratégia, enquadram-se quase todas as formas da produção feminina, assim como a da maior parte das culturas orais e populares, gostaria de referir aqui o conceito de “gênero de discurso” que permeia grande parte da obra de Bakhtin e que sinto como sendo um bom caminho na direção do exame das literaturas “marginais”⁶. Em vários trabalhos, Bakhtin aponta os limites e impasses da historiografia literária tradicional, cujo foco concentra-se em fenômenos periféricos e historicamente insignificantes – como a luta entre escolas e tendências literárias – em detrimento do exame da história mais profunda e radical dos gêneros discursivos. O conceito de gênero discursivo – no qual se incluem

⁵ As noções aqui discutidas tomaram por base os trabalhos de Jetty Schaap, “Introdução” e Ria Lemaire: “Rethinking Literary History” ambos em Jetty Schaap, Historiography of Women’s Cultural Traditions.Foris Publications Holland/USA, 1987.

⁶ O conceito de gêneros de discurso foi desenvolvido por Bakhtin em vários estudos, como “Gêneros do Discurso”, “A Epica e a Novela” e na Entrevista que concedeu à revista *Novi Mir* sobre os impasses da teoria literária na Rússia, em 1972.

os gêneros literário e artístico – é entendido aqui no sentido de campo valorizado de percepção, no sentido de formas de representar o mundo, ou seja, de formas de pensar. Nesta perspectiva, cada gênero discursivo não apenas revela um tipo específico de atividade criativa, como também, e, principalmente, traduz um sentido particular de experiência. Infere-se daí como experiências sociais diversificadas tendem a determinar diferentes gêneros literários e como o surgimento de novos gêneros discursivos refletem necessariamente mudanças na vida social. A noção de gênero colocada desta forma, enquanto veículo de historicidade e a partir de sua articulação com a experiência social, pode ser bastante útil para a revisão definitiva dos juízos de valor em curso, sobre as formas de expressão das culturas marginalizadas.

Os estudos feministas que vem examinando a economia informal literária desenvolvida nas margens e preterida pela historiografia tradicional, já começam a apresentar alguns resultados significativos. É, por exemplo, reveladora a pesquisa de Marlyse Meyer sobre o papel decisivo da mulher, enquanto leitora de folhetins, na formação do romance brasileiro adaptando o gosto do mercado às condições e à moral locais. Ou o de Maria Odila Silva Dias que procura relativizar, numa série de estudos brilhantes, as noções de espaço público e espaço privado, a partir do exame dos processos de constituição do Estado Nacional e seus reflexos na novela do final do século. Existem ainda inúmeros trabalhos sobre o espaço extremamente produtivo e inovador da imprensa feminina do séc. XIX, ou sobre o circuito dos salões e academias literárias examinados como espaços semipúblicos de experimentação não só de novas formas literárias, mas, sobretudo de novas formas de sociabilidade. Não posso deter-me aqui sobre esta produção, mas quis mencioná-la apenas como um exemplo de como a eleição de diferentes parâmetros de avaliação e classificação dos “fatos literários” promove, necessariamente, uma outra história, na qual, objetos e campos de reflexão, habitualmente subestimados pela crítica, podem determinar novos eixos historiográficos, relativizando aqueles que definem o agrupamento de obras na historiografia tradicional.

É a crítica arqueológica, cujo potencial teórico procurei esboçar nesta digressão, no quadro dos estudos feministas, a tendência que mais vem mobilizando pesquisadoras, mas também a que mais resistência vem experimentando no sentido de sua aceitação e legitimação nos meios acadêmicos. Avaliações como resgate de literatura de “segunda”, estímulo à produção de guetos e trabalhos de valor apenas “sociológico”, mostram a área dos estudos literários entre nós como extremamente reativa e conservadora.

Sobre o *ethos* dos estudos feministas no Brasil, um dado inicial é a constatação da dificuldade muito específica encontrada pelas pesquisadoras no trabalho com a literatura brasileira. A pesquisa sobre a mulher na literatura no Brasil constitui-se, de forma muito nítida, a partir da experiência de pesquisadoras que passaram algum tempo no exterior com bolsas de estudo ou em função de exílio político próprio ou de seus maridos. Foi, portanto, um interesse estimulado de fora para dentro e consolidado pela voga internacional das novas teorias crítica feministas. Esta observação em si não apresenta nenhuma novidade e seria mesmo imprudente enunciar, sem uma análise mais detida, um juízo de valor sobre a impropriedade do influxo do pensamento teórico internacional em nossa vida acadêmica. O que está em jogo aqui é o fato de que a maior parte dos estudos literários feministas concentra-se nos departamentos de inglês e de francês, lidando com suas respectivas literaturas, autores e teóricos. A produção feminista relativa à literatura brasileira é ainda minoritária e mostra-se inexplicavelmente tímida. Ou, digamos, enredada em discussões essencialistas sobre possíveis características de uma “linguagem ou sensibilidade femininas” sem enfrentar questões de recorte mais político como vem sendo feito por suas colegas, nos departamentos de línguas estrangeiras. No mínimo, percebe-se uma séria dificuldade em se estabelecer o lugar de uma fala feminista na discussão do campo cultural onde se inserem as pesquisadoras.

Os próprios resultados apresentados pela tendência “arqueológica”, que concentra a maior parte da produção feminista e trabalha basicamente com o séc. XIX revela a preferência por questões gerais da historiografia literária, como apontei acima, escapando de temas nevrálgicos do debate cultural brasileiro, como o processo da construção e/ou invenção da nacionalidade brasileira, as idéias de um instinto de nacionalidade ou ainda a questão, extremamente perturbadora, de uma identidade nacional “ambígua” e cordial, que vêm servindo de eixo para o sistema classificatório de nossa literatura.

Por outro lado, não deve ser por mero acaso que, no conjunto da crítica feminista brasileira, observa-se uma preocupação especial com a segunda metade do século XIX, época do rush em direção à definição dos contornos da nação, tantas vezes descrita, pelos escritores e intelectuais da época, como uma “missão irrecusável”. Tarefa, que envolve de maneira crucial a intelligentzia local e dá origem a instituições destinadas a traçar “a biografia da nação”, organizar sua história e a afirmar e consolidar uma língua e uma literatura nacionais. É o caso da criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, em 1896, da Academia Brasileira de Letras.

Que papel teria sido atribuído às mulheres nos discursos que imaginaram a nação brasileira? Em princípio, não há dúvida que a figura feminina foi chave nas representações deste processo. Isto se vê não só na ficção, como também na larga produção pedagógica do período. Realizei há pouco tempo um estudo sobre a série de bibliografias de “vultos ou personagens célebres brasileiros”, uma das estratégias mais utilizadas, na segunda metade do século XIX, para forjar uma elite intelectual nacional. Ao lado da volumosa produção sobre heróis masculinos, algumas obras dedicavam-se à construção de uma linhagem de celebridades femininas. Os dois trabalhos mais divulgados neste sentido são os Brasileiras Célebres de Joaquim Norberto, de 1862 e o Mulheres Célebres de Joaquim Manuel de Macedo de 1878. Em ambos, a celebridade da mulher é subsidiária da metáfora da “maternidade republicana”, a mulher-mãe “civilizadora” e responsável pela construção de uma nação moderna, educada e homogênea⁷.

Neste caso dois problemas chamam a atenção. Em primeiro lugar, a dificuldade, de ordem mais geral, em adequar as ideologias liberais ao caso concreto da permanência da escravidão e das estruturas sociais oligárquicas no país, como observa Roberto Schwarz em vários estudos. Em segundo, a própria violência de um projeto de homogeneização nacional sentido como necessário para a representação “moderna” da nação. Começa a ser esboçada, com mais nitidez, a estrutura da ambiguidade discursiva, que vai tornar-se progressivamente saída e limite dos discursos sobre raça e gênero no Brasil.

Antes de prosseguir, gostaria apenas de observar que mesmo tendo sido simbolicamente central, a própria natureza da imagem “civilizadora” que foi reservada às mulheres na mitologia republicana, privilegiando apenas sua capacidade reprodutiva e educadora, contraditoriamente, a excluiu do pacto simbólico que terminou por constituir a própria idéia globalizante de nação. O alcance negativo da súbita valorização dos papéis femininos na República foi percebido e contestado na época, como se pode ver no interessantíssimo Mulheres Ilustres do Brasil de Ignez Sabino, publicado em 1899, que interpela frontalmente os trabalhos de Norberto e Macedo e procura reorientar, ainda que

⁷ Ver Miriam Moreira Leite. Uma Construção Enviesada: A Mulher e o Nacionalismo no Sec. XIX. (Mimeo. Trabalho apresentado no seminário “De que fala o Nacionalismo?” Ciec, UFRJ, 1989) e H. B. Hollanda. Letras, Armas e Virtudes. (Mimeo. Trabalho apresentado na V Encontro da ANPOLL, 1990).

sem sucesso, o sentido de “celebridade feminina” nas demais bibliografias de grande circulação no final do século.

No plano da ficção, especialmente no caso dos romances fundadores, as coisas não se passam de forma muito diferente. Qualquer exame, mesmo superficial, das obras de José de Alencar, um dos principais articuladores dos mitos de fundação da nacionalidade no romance brasileiro, aponta para a presença da mulher constituída como o ícone nacional por excelência, mas, ao mesmo tempo, não só enquanto o *locus* privilegiado da invasão e da colonização, mas, sobretudo, das estratégias de “naturalização” e “harmonização” dos conflitos entre elementos antagônicos das lutas pela consolidação nacional, como é claramente o caso de Iracema e do Guarani. É importante observar ainda que, raramente, as escritoras mulheres se identificaram com a missão da “construção nacional” e que a pesquisa vem mostrando, pelo contrário, na produção literária feminina, um profundo sentimento de exclusão ou até mesmo de perda de identidade determinado pelas ideologias modernizantes, homogeneizantes e nacionalistas. Este problema, pela forma indireta com que está sendo colocado pelos trabalhos da área, revela a enorme dificuldade que as mulheres sempre demonstraram em situar-se no quadro sócio-histórico da formação nacional e do desconforto na relação com os sentimentos patrióticos ou nacionalistas.

Um dado interessante e revelador da dissociação das mulheres com as idéias de uma fraternidade nacional é a existência, desde o início do século passado, da inclinação das organizações feministas pelos *networks* internacionais, como foi o caso da grande participação feminina nos movimentos panamericanistas e nas associações pacifistas internacionais.

Se o século XIX traçou o esboço de uma identidade nacional extremamente problemática e ambígua no que diz respeito às relações étnicas, de gênero ou de classe, mais complexa ainda é a proposta de uma redefinição da identidade nacional capaz de teorizar e instrumentalizar essa ambiguidade, formulada pelas vanguardas artísticas do início do século. Permanece hegemônico desde então, o design modernista de uma identidade “sem nenhum caráter”, mutante e carnavalizante que conforma, de maneira significativa, os discursos das artes, da política e da academia no Brasil.

O ponto alto das vanguardas modernistas foi a proposta antropofágica, considerada, até hoje, como o grande *insight* em termos de definição de uma identidade cultural moderna para o país. O “modelo antropofágico” procurava, através da apropriação canibalesca dos aspectos “desejáveis” das novas formas do progresso e da

tecnologia anunciadas pelo capitalismo, uma fórmula que encompassasse as dissonâncias da vida social brasileira. O assunto é quente, mas vou ater-me aqui apenas em um pequeno aspecto que diz respeito à questão específica da elaboração antropofágica – ou oswaldiana – de uma noção de diferença que, salvo engano, ainda reverbera no processo de construção da subjetividade da mulher e do negro brasileiros.

Oswald de Andrade, o autor do Manifesto Antropófago de 1928, afirma ter se baseado no ensaio de Montaigne sobre o Canibalismo. No ensaio de Montaigne, o que salta aos olhos e que vai se tornar o ponto chave do manifesto modernista é a observação de que os canibais escolhiam para devorar apenas aqueles prisioneiros que resistiam totalmente à assimilação. Caso os prisioneiros se identificassem minimamente com a cultura da tribo, poderiam ser mortos, mas não devorados. Para merecer ser degustado, o estrangeiro deveria exibir a prova de sua diferença até o fim. O gesto antropofágico revela, portanto, antes de mais nada, uma extrema fascinação com a diferença e com a alteridade. Entretanto, no caso da vanguarda modernista, a “devoração da diferença”, tanto o discurso colonial quanto o discurso modernizador, enfatiza, de forma particular, o gesto subsequente ao processo de absorção que é eliminação daquilo “que não interessa”. Desenvolve-se assim, a partir do projeto antropofágico, uma elaborada tecnologia cultural de trituração, processamento e deglutição da alteridade com particular atenção na eliminação, ainda que parcial, das diferenças. Não me parece exagerado afirmar que os mitos sobre as relações raciais e de gênero no Brasil reproduzem com fidelidade a ambivalência entre esta forte fascinação com a diferença e a preferência por assimilá-la apenas parcialmente. Um dos pontos evidentes – ou, melhor, a “caixa preta” – do modelo antropofágico, que constitui a auto-imagem brasileira mais prestigiada, é a recorrência de uma ambivalência estrutural e de uma desordem carnavalizante e pré-lógica, um tipo de perversão polimorfa constitutiva da nossa realidade social, na qual, a ordem social e moral é constantemente subvertida.

Não é portanto de admirar que os estudos feministas encontrem dificuldades concretas em escapar desta lógica particularmente engenhosa, e em enfrentar as análises dos processos de construção de uma “subjetividade brasileira” que absorve, aparentemente, com naturalidade e extrema cordialidade tudo que “não é seu”.

Apesar de concordar com a observação de Schwarz, no ensaio “Nacional por Subtração”, sobre a inadequação da analogia estabelecida pelo Manifesto Antropófago com o processo digestivo nada nos esclareceria a política e estética do processo cultural

contemporâneo?⁸ me permito, na qualidade de diferença “expelida” no banquete antropofágico, observar algumas características desse processo de eliminação. Já apontei anteriormente como forte fator da permanência dos mitos da “democracia racial e sexual” brasileira, a sintomatologia antropofágica de uma constante, mas parcial assimilação da diferença. Um processo de assimilação que aponta mais para a evidência de uma dualidade auto-referencial, fundada em oposições claramente hierárquicas, do que para uma possível convivência democrática entre segmentos raciais, sexuais ou de classe. A propósito, um dos pontos mais interessantes que alimenta a maior parte dos trabalhos antropológicos de Roberto DaMatta é a análise da institucionalização, na cultura social brasileira, de figuras intermediárias como o mulato, o malandro, o jeitinho, o despachante ou o pistolão – figuras numerosíssimas no cotidiano social do país- e de seu valor positivo enquanto elementos que cristalizam a possibilidade de composição entre oposições. DaMatta descreve este sistema como uma operação de compensação, substantivamente funcional em sociedades como a brasileira, a meio caminho entre o individualismo liberal e o holismo hierárquico⁹. São, entretanto, precisamente as figuras da mediação e da ambiguidade, já estudadas por Schwarz ao descrever a ideologia do favor, ou por Cândido, quando examina a dialética da malandragem, que vão servir como fator complicador para os modelos teóricos disponíveis dos estudos feministas. No caso brasileiro, as desigualdades sexuais e raciais metaforizadas tornam-se constitutivas das representações sobre a nacionalidade. A centralidade da imagem da mulata, nos textos e subtextos que conformam nossa identidade cultural, exemplifica a natureza complexa desta operação e demonstra como, neste caso, as características nacionais que informam nossa tradição cultural são bem menos importantes do que as relações e intermediações que estabelecem entre si. Não é por acaso, portanto, que os estudos literários feministas no Brasil institucionalizaram-se “rápida” e “naturalmente”, que a maior parte dos estudos sobre a mulher apresente dificuldade em se reconhecer como feminista, que os modelos teóricos vindos de fora, articulados em função de uma noção contrastada de diferença e alteridade, estejam se revelando literalmente “idéias fora do lugar” e que, finalmente, a

⁸ Roberto Schwarz. “Nacional por Subtração” in —, Que Horas São? SP, Companhia da Letras, 1987. p. 38.

⁹ Estas idéias, ainda que permeiem todo o trabalho de DaMatta, encontram-se sintetizadas no estudo “For an Anthropology of the Brazilian Tradition” apresentado no Seminário “Latin-America: Paths Toward Ideological Reconstruction”, Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, 3-5 de março de 1988.

própria imprecisão que estes estudos vem demonstrando seja um dos caminhos possíveis para o questionamento da estrutura das relações de poder no Brasil e para a formulação de uma estética e de uma política cultural democráticas em nossos países.